

O BANCO RURAL E HIPOTECÁRIO DO RIO DE JANEIRO E O PÓS-GUERRA DO PARAGUAI, 1871-1875*¹

Carlos Gabriel Guimarães
UFF

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar as estratégias desenvolvidas pelo Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro para superar o Pós-Guerra do Paraguai (1865-1870) e o início da Grande Depressão do final do século XIX (1873-1895).

A crise comercial da Praça do Rio de Janeiro de 1864, provocada pela quebra da Casa Bancária Souto & Cia, tornou a situação do Banco Rural e Hipotecário difícil, tendo que ser reorganizado. Para piorar a situação, em 1865 eclodiu a Guerra do Paraguai. Face as necessidades da guerra, o governo brasileiro aumentou sua dívida interna e externa. Tal política econômica fez com que o banco adotasse uma política mais conservadora, ou seja, no seu ativo diminuir os empréstimos via desconto de letras, e de aumentar a carteira de títulos emitidos pelo governo; e no passivo, aumentar os depósitos e as reservas.

Terminado a Guerra do Paraguai, a política econômica do governo foi de retornar a paridade cambial, significando uma maior austeridade fiscal e monetária. Face a tal política, o Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro, teve dificuldades de se ajustar, mesmo desenvolvendo uma política conservadora. A situação ficou mais grave quando, em 1875, ocorreu uma nova crise na Praça do Comércio do Rio de Janeiro. Nessa crise, o Banco Mauá & Cia fechou as suas portas, assim como mais dois bancos. O Banco Rural e Hipotecário, face ao socorro governamental, “sobreviveu”.

Portanto, dentro dessa conjuntura difícil, o Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro, assim como outros bancos da Praça do Rio de Janeiro, desenvolveu uma atividade bancária compatível com a conjuntura. Privilegiou o investimento seguro, como as letras do tesouro nacional e as apólices da dívida pública e, no tocante aos empréstimos, o fez sob a forma de desconto de letras, principalmente, com penhor mercantil, seguido pela caução e, finalmente, com hipotecas. Com relação a essa última, no ano de 1870, ultrapassou as letras caucionadas mas, ficou evidente que, mesmo com a nova Lei de Hipotecas, Lei n.º 1237, de

¹ Este trabalho contou com a ajuda do bolsista do PIBUC/CNPq João Monteiro Pessoa, no levantamento da

24/09/1864, que foi regulamentada pelo decreto n.º 3453, de 26/04/1865, não constituiu num avanço no tocante ao crédito para a agricultura, pois as hipotecas privilegiadas pelo banco constituiu-se de prédios e terrenos urbanos.

2. A conjuntura 1870-1875 e o retorno da Ortodoxia

O fim da Guerra do Paraguai levou o governo imperial a intensificar sua política monetária recessiva², que começou antes do final da guerra, em 1868, quando o conservador Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí, substituiu o liberal Zacarias de Góes e Vasconcelos no Ministério da Fazenda³. Metalista e defensor do padrão-ouro⁴, o Visconde de Itaboraí acreditava no postulado de que somente o controle das emissões tornava possível a manutenção do câmbio e, portanto, da economia agro-exportadora brasileira.⁵

Emergindo como a principal preocupação do governo, o **câmbio** tornou-se no mais importante instrumento da política econômica do governo, principalmente de um país

documentação primária.

² Consoante com a historiografia, o financiamento da guerra do Paraguai consistiu numa política monetária expansionista (1865-1868), no aumento da carga tributária, principalmente sobre as províncias do Norte, e do endividamento interno e externo. A respeito desse financiamento cf. PELAEZ, Carlo Manuel e SUZIGAN, Wilson. *História Monetária do Brasil*. 2ª ed.. Brasília: Ed. da UNB, 1981, pp. 114-115.

³ Zacarias de Góes e Vasconcelos foi ministro da fazenda de 03/08/1866 a 16/07/1868.

O Visconde de Itaboraí, juntamente com Paulino Soares de Souza, o Visconde de Uruguai, e Eusébio de Queiroz constituíram a famosa Trindade Saquarema do partido conservador. A respeito da ligação Trindade Saquarema e Estado Imperial cf. MATTOS, Ilmar O. de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

⁴ A Escola das Contrapartidas Metálicas, **Currency School**, defendia a tese de que a regulamentação da emissão do fluxo de dinheiro deveria corresponder a uma **contrapartida metálica (no caso, o ouro)**, e assim manter um equilíbrio automático da emissão de papel-moeda com o movimento de entrada e saída de ouro. Já a Escola Bancária, **Banking School**, argumentava que, como o papel-moeda era conversível em ouro, não havia necessidade de regulamentar sua emissão na medida que a conversibilidade preveniria qualquer problema de super emissão, e as necessidades do comércio regulariam automaticamente o volume de papel-moeda emitido. Para essa escola, a demanda de papel-moeda seria atendida pela expansão dos **depósitos bancários**, que teria o mesmo efeito que a emissão de papel-moeda. O debate, entre essas duas “escolas”, estava relacionada com a orientação, que deveria seguir a política monetária da Grã Bretanha. A Lei de Peel de 1844, não só reafirmou o padrão-ouro, como também tornou o Banco da Inglaterra num Banco Central. A respeito dessa controvérsia entre a Escola Bancária e a Escola Metálica verificar os trabalhos de VILAR, Pierre. *Ouro e Moeda na História, 1450/1920*. Tradução de Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980 (Capítulos XXXV e XXXVII); POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 1980 (Capítulo 12); MAYER, Thomas (et ali). *Moedas, bancos e a economia*. 4ª ed.. Tradução de Luiz Carlos do Nascimento e Silva. Rio de Janeiro: Campus, 1993 (especialmente o capítulo 27); SCHUMPETER, Joseph Alois. *História das Análise Econômica. Parte III, de 1790 a 1870*. Brasil/Portugal, Ed. Fundo de Cultura, 1964, pp. 385-458 (cap.7).

⁵ TEIXEIRA, Arilda Magna Campanharo. *Determinantes e Armadilhas da política Monetária brasileira no II Império*. Niterói, 1991, 120 p. Dissertação (mestrado em Economia). UFF.

agrário-exportador, como era o Brasil, que precisava exportar para poder ter acesso ao capital externo e, com isso, equilibrar as suas contas. Portanto, ao valorizar o câmbio, que de acordo com a Tabela 1, passou de 18 d/mil réis em 1868 para um máximo de 24 $\frac{3}{4}$ d/mil réis em 1870, o Visconde de Itaboraí, nada mais fez do que manter a política econômica imperial atrelada aos interesses da **classe dominante senhorial**, base social e política do modelo de agricultura mercantil-escravista dominante.⁶

Tabela 1: Papel-moeda emitido (conto de réis) e taxa de câmbio (pence mil-réis)

Ano	Papel Moeda Emitido			Taxa de Câmbio	
	Tesouro	Bancos	Total	Máxima	Mínima
1870	149.898	43.429	192.527	24 $\frac{3}{4}$	19 $\frac{5}{8}$
1871	151.078	40.728	191.806	25 $\frac{7}{8}$	21 $\frac{7}{8}$
1872	150.087	38.000	188.807	26 $\frac{1}{4}$	24 $\frac{1}{2}$
1873	149.579	35.432	185.011	27 $\frac{1}{8}$	25 $\frac{1}{4}$
1874	149.547	33.548	183.095	26 $\frac{3}{4}$	24 $\frac{3}{4}$
1875	149.501	32.367	181.868	28 $\frac{3}{8}$	26 $\frac{1}{2}$

Fonte: TEIXEIRA, op. cit., p. 60

Os sucessores do Visconde de Itaboraí no Ministério da Fazenda, o conservador Francisco Sales Torres Homem, o Visconde de Inhomirim, e o liberal José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, deram continuidade à política de restrição a emissão da moeda. Torres Homem, ministro da fazenda de 29/09/1870 a 07/03/1871, continuou com a política de valorização do mil-réis⁷, que possibilitou a valorização da taxa de câmbio, que passou de 24 $\frac{3}{4}$ d/mil réis, em 1870, para 25 $\frac{7}{8}$ em 1871, conforme consta na tabela 1.

O liberal Visconde do Rio Branco, ministro da fazenda de 07/03/1871 a 25/06/1875, que atribuía “a desvalorização cambial e a inflação ao aumento do saldo do papel-moeda emitido durante a guerra”⁸, deu continuidade á valorização da moeda e ao enxugamento do papel-moeda. Para tanto, levantou um empréstimo no exterior em 1871, de £ 3.459.100 do tipo 89, juros de 5% e prazo de 38 anos, ou seja, um líquido de £ 3.079.044 (três milhões e setenta e nove libras)⁹, tabela 2, que visou não só à retirada de mais de 5.000 contos de réis

⁶ A respeito do conceito de classe senhorial cf. MATOS, op. cit.; com relação ao modelo de acumulação de agricultura mercantil escravista conferir MELO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

⁷ NOGUEIRA, Denio. *Raízes de uma nação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988. p. 380.

⁸ PELAEZ e SUZIGAN, op. cit., p. 115; Idem, p. 380.

⁹ BUESCO, Mircea. *História Administrativa do Brasil; Organização e administração do Ministério da Fazenda no Império*. Brasília: FUNCEP, 1984, p.127.

(R\$ 5.000:000\$000) de circulação, como também de regularizar o serviço da dívida e construção de estrada de ferro. Essa política econômica recessiva do Visconde do Rio Branco, pai do futuro Barão do Rio Branco, de retirar o meio circulante de circulação, possibilitou, segundo Dênio Nogueira, “não só a redução do déficit fiscal dos exercícios de 1870/71 e 1871/72, como também a contração do nível dos preços de 8% e a valorização da taxa de câmbio”¹⁰, que chegou ao máximo de 28 3/8 d/mil réis em 1875.

Tabela 2: Contratação de empréstimos externos pelo Brasil no período 1870-1875.

Ano	Valor em £	Tipo (%)	Juros %	Prazo (anos)	Finalidade principal do empréstimo
1871	3.459.600	89	5	38	Déficits Tesouro, juros de empréstimo anteriores e construção de estrada de ferro
1875	5.301.200	96,5	5	38	Déficits Tesouro, juros de empréstimo anteriores e construção de estrada de ferro

Fonte: ALMEIDA, Paulo Roberto de. *A Diplomacia Econômica do Império*. São Paulo: SENAC, 2001, p. 227.

É importante salientar que, a política econômica do governo foi beneficiada pelo bom desempenho das exportações no período. Mesmo com a contração da economia mundial a partir de 1873¹¹, analisando a tabela 3, com exceção do açúcar, couros e algodão, principalmente esse último, cuja queda na exportação foi de 50% e, relacionada com a recuperação da produção americana após a Guerra Civil, todos os demais produtos aumentaram. O café, por exemplo, passou de 45,2 %, no período 1861-1870, para 56, 4 % das exportações no período 1871-80.

A respeito do empréstimo e do respectivo contrato cf. CARREIRA, Liberato de Castro. *História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa; Brasília: Senado Federal, 1980, tomo II, pp.480-484;

¹⁰ NOGUEIRA, op. cit., p. 380.

¹¹ Segundo Nogueira, “a forte geada de São Paulo e a quebra da safra do Caribe, principal concorrente do Brasil, vinham sustentando as cotações da produção exportável do Brasil”. Idem, p. 382.

Tabela 3: Principais produtos de exportação do Brasil, 1861-1880 (%)

Período	Café	Açúcar	Algodão	Couros	Fumo	Cacau	Borracha	Mate	Total
1861-1870	45,2	12,1	18,3	6,1	3,0	1,0	3,2	1,2	90,1
1871-1880	56,4	11,9	9,5	5,5	3,4	1,2	5,5	1,5	94,9

Fonte: ALMEIDA, Paulo Roberto de. *A Diplomacia Econômica do Império*. São Paulo: SENAC, 2001, p. 83.

Em fevereiro de 1875, iniciou-se no Rio de Janeiro uma crise comercial. Preocupados com o rápido alastramento da crise sobre as casas comerciais, os bancos tiveram que suspender praticamente todas as operações de crédito. Em face de tal situação, o governo imperial autorizou a emissão de até 50.000 contos de réis, 25.000 em bilhetes com prazo de 12 meses e juros de 5%, e 25.000 em dinheiro, para ajudar os bancos contornarem a crise¹².

Esses empréstimos aos bancos, que chegaram ao montante de 16.033 contos de réis, não foram suficientes para debelar a crise e, evitar o pânico. O novo ministro da fazenda, o metalista João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe, que sucedeu o Visconde do Rio Branco em junho de 1875, em vez de expandir o crédito, deu continuidade à política recessiva. O novo empréstimo do exterior para o Brasil de 1875, tabela 2, foi direcionado para a regularização da dívida e à cobertura do déficit do orçamento, e não como crédito para os bancos. Como resultado, grandes bancos nacionais e estrangeiros situados na Praça do Rio de Janeiro, como o Banco Mauá & Cia, o Banco Nacional e o banco alemão Deutsch Brasilianische Bank faliram¹³. A falência do Banco Mauá & Cia. marcou o que ficou conhecido na historiografia como o fim da **Era Mauá**.

Diante de tal conjuntura, como o Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro desenvolveu sua atividade bancária? A crise de 1875 repercutiu sobre o banco? As respostas, a tais perguntas, serão tratadas a seguir.

¹² PELAEZ e SUZIGAN, op. cit., p. 118.

¹³ O Deutsch Brasilianische Bank foi uma das três primeiras companhias alemãs autorizadas pelo governo a se registrar. Foi organizado em 1865, por capitalistas alemães da praça de Hamburgo e, em 1873, tinha um capital de 1.250 mil libras. Cf. ALMEIDA, op. cit., 280.

3. O BRHRJ e a conjuntura 1870-1875.

No trabalho anterior¹⁴, demonstrei que a atividade bancária desenvolvida pelo BRHRJ no período 1865-1870 estava de acordo com a política econômica do governo. Privilegiando no ativo a compra de títulos do governo, principalmente as Letras do Tesouro Nacional, que cresceram 600% no período 1868-1870¹⁵, e, diminuindo os empréstimos via desconto de letras, tal política tinha a ver com a taxa de retorno que os títulos proporcionavam. É bom lembrar que tais títulos fizeram parte do financiamento interno realizado pelo governo, para fazer face aos gastos com a Guerra do Paraguai.

Analisando o balanço do BRHRJ, anexo 1, no ativo, notamos a redução da “carteira” de títulos em poder do banco, a partir de 1871. Tal política implementada pelo banco foi justificada pela Diretoria com o seguinte:

“Empenhou-se a diretoria em adiantar as liquidações nas suas diferentes espécies, e julga poder esperar que na continuação deste empenho, continuará dentro de pouco tempo razoável, trazer ao movimento ordinário do banco o que nelas é suscetível de se apurar. As liquidações judiciais, que, por sua natureza, mais deviam garantir e auxiliar os interesses dos credores (...) mais contrariam esses interesses (...)”.¹⁶

Portanto, face às dificuldades dos devedores de honrarem seus compromissos com o banco e, não explicitamente no Relatório, a política do governo de contração monetária e creditícia, o BRHRJ promoveu uma liquidação dos seus títulos, como forma de diminuir seu prejuízo e, também, de fornecer crédito para a Praça de Comércio do Rio de Janeiro. Tal política fica mais clara no Relatório de 1874, quando a diretoria afirma:

“No intuito de alargar as operações da Praça, resolveu a diretoria, todas as vezes que a ocasião lhe pareceu favorável, dispor de parte dos fundos públicos de

¹⁴ “A Guerra do Paraguai e a atividade bancária no Rio de Janeiro no período 1865-1870: o caso do banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro” publicado nos Anais do IV Congresso Brasileiro de História Econômica e 5ª Conferência Internacional de História de Empresas, realizado na FEA/USP, cidade de São Paulo.

¹⁵ Em 1870, o BRHRJ chegou a ter 10.016 contos de Letras do Tesouro.

¹⁶ BRHRJ. **Relatório da Diretoria e Parecer de Exame e consulta apresentados á assemblea geral dos accionistas do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro na reunião convocada para 17 de julho de 1871**. Rio de Janeiro: Typographia do Apolo, 1871.

*propriedade do banco. Assim, a verba respectiva, que no balanço de 1872/73 figurava por 9.863 contos, desceu para 6.566 contos em 1873/74.”*¹⁷

Continuando com a análise do ativo do banco, no tocante aos empréstimos, ocorreu um contraste entre o desconto de letras e o empréstimo em conta corrente. Enquanto no primeiro houve um declínio no período 1871-1875, no segundo houve um aumento, anexo 2. Analisando o desconto das letras, nas letras descontadas com penhor, embora tal desconto aumentou nos anos de 1873 e 1875, se comparado com 1872 e 1874. No desconto de letras caucionadas ocorreu uma diminuição entre 1871-72, um aumento entre 1873-74 e, novo declínio em 1875. Com relação ao desconto das letras hipotecadas, diminuiu entre os anos de 1871-73, aumentando nos anos de 1874 e 1875.

Infelizmente, nos Relatórios da Diretoria apresentados aos acionistas de 1871 a 1875¹⁸, à exposição da Diretoria não foi esclarecedora, ainda mais no tocante aos empréstimos em conta corrente. Porém, podemos supor que o aumento desses em relação ao desconto de letras (penhor, caução e hipotecas), Anexo 2, estava relacionado com as dificuldades de acesso ao crédito, face à política do governo, e, muitos (pessoa física e jurídica) que tiveram acesso a tais empréstimos, eram acionistas do próprio banco, prática essa muito comum.

Analisando o passivo do BRHRJ, chamou atenção o aumento do fundo de reserva no período de 1873 a 1875, a queda vertiginosa dos depósitos no período 1871-1875 e, principalmente, no aparecimento de uma conta *Caução com o Tesouro Nacional* em 1875.

No tocante ao aumento do fundo de reserva, que se constitui num colchão para crise, a diretoria relaciona seu aumento com a falta de pagamentos dos devedores para com o banco. No Relatório de 1871, a diretoria relatava:

*“ Importaram em 222 contos os prejuízos verificados durante o ano o saldo da conta de fundo reservado (grifo nosso) porque fazer face a estes prejuízos ficou representado pela quantia de 2512 contos. (...)”*¹⁹

¹⁷ BRHRJ. **Relatório da Diretoria e Parecer de Exame e consulta apresentados á assemblea geral dos accionistas do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro na reunião convocada para 29 de julho de 1874.** Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1874.

¹⁸ O Relatório de 1872 não foi encontrado.

Quanto à queda dos depósitos, Anexo 3, nos Relatórios do BRHRJ, com exceção do ano de 1871, onde ocorreu um aumento dos depósitos em relação ao ano de 1870, nos outros anos a queda foi se acentuando, chegando à situação crítica de 1875, quando os depósitos caíram mais de 50%, se comparado com 1871. Como hipótese para tal queda, assim como destacamos para outras contas, acreditamos que a política de contração monetária e creditícia praticada pelo governo foi a principal responsável. Face à lógica da acumulação mercantil praticada pelos bancos comerciais do Rio de Janeiro, privilegiando o comércio e seus agentes, ficou evidente que o banco teria dificuldades com a recessão na Praça do Comércio do Rio de Janeiro. Analisando o coeficiente de empréstimos/depósitos e do caixa/depósitos do BRHRJ, percebemos a atividade creditícia desenvolvida pelo banco, tabela 4

Tabela 4: Coeficientes do BRHRJ, 1871-1875
Coeficientes Empréstimos/Depósitos e Caixa/Depósitos

Ano	Caixa/Depósito	Empréstimo/Depósito
1871	0,653	0,046
1872	0,790	0,053
1873	0,930	0,04
1874	1,038	0,061
1875	1,260	0,013

Fonte: Anexo 1.

Analisando os dividendos, que caíram em 1872, cresceram em 1873 e 1878, e, novamente, caíram em 1875, tal flutuação veio de encontro com a nossa análise. No Parecer da Comissão de Exame e Consulta relativo ao ano bancário de 1874/75, que consta no Relatório de 1875, a referida comissão chama atenção para o fato de que “a Diretoria poderia ter distribuído no presente ano bancário dividendos que atingissem pelo menos 11 % ao ano, mas preferiu continuar a distribuir 8 ½ % , e levar ao fundo de reserva 490 contos”²⁰.

¹⁹ BRHRJ. Relatório de 1871, op. cit.

²⁰ BRHRJ. **Parecer da Comissão de Exame e Consulta relativo ao ano bancário de 1874/75. Relatório da Diretoria e Parecer de Exame e consulta apresentados á assemblea geral dos accionistas do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro na reunião convocada para 30 de julho de 1875.** Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1875.

A comprovação de que a crise de 1875 afetou o banco está no aparecimento da conta Caução do Tesouro Nacional no passivo de 1875. No Relatório do referido ano, embora não culpe diretamente à política do governo, a diretoria expôs as razões para a crise da Praça e do banco:

“Não se pode ainda dizer de todo a impressão dos aflitivos acontecimentos de Maio.

Causas já de alguns anos acumuladas os determinaram. A desconfiança política, exagerada até às proporções do temo, pânico, lhe agravou os resultados, os quaes vieram pesar sobre a Praça com todo o Cortejo de maus efeitos que por vezes se manifestam em crises desta ordem.

Em tal emergência, compreendeu o nobre ministro que então dirigia a pasta da fazenda ser-lhe possível obstar ao maior alcance o desastre; e este banco deve ao ato esclarecido do governo, à iniciativa das sábias e eficazes medidas propostas pelo Exmo. Sr. Visconde do Rio Branco. (...)

Graças ao auxílio solicitado do corpo legislativo, pode por sua parte este banco em virtude das boas condições do seu ativo, utilizar-se de favores concedidos, alcançando recursos que, na falta de um estabelecimento emissor, não conseguiria, pela conversão em dinheiro, de um dia para outro não só dos seus efeitos de carteira, sendo dos próprios bilhetes do Tesouro e dos títulos da dívida pública.

O Banco satisfez já parte do empréstimo de 3.480 contos (grifo nosso) contraído com o Tesouro Nacional, mediante caução de 3.867 apólices de 1 conto de réis e, espera poder, dentro em breve, remir todo o seu empenho. (...)²¹.

Contando com a ajuda do governo e, da Assembléia, ao contrário do que ocorreu com o Banco Mauá & Cia, o BRHRJ pode superar a crise. Não temos uma resposta, nem é a finalidade deste trabalho, capaz de responder a razão pela qual o BRHRJ recebeu o empréstimo, e o banco Mauá & Cia não²². Entretanto, para além da questão política, ou seja, da proximidade dos diretores e acionistas do BRHRJ com o governo, a forte presença de outros bancos da Praça do Rio de Janeiro, como grandes acionistas do banco, permite entender o privilégio. Analisando a tabela 5, temos como acionistas do BRHRJ, o Banco do Brasil, o Banco Comercial do Rio de Janeiro, o Banco Industrial e Mercantil e do Banco Nacional. Esse último faliu em 1875, e o Banco do Brasil era o segundo maior acionista do banco no período.

²¹ Idem.

²² Além do viés político, é importante comparar os balanços dos dois bancos, para efeito de verificar a vulnerabilidade dos mesmos e, responder a pergunta: por que o BRHRJ recebeu um empréstimo e o Banco Mauá & Cia não?

Tabela 5: Bancos Acionistas do BRHRJ (1873-1875)

Acionistas	Ano		
	1873	1874	1875
Banco do Brasil	649	686	549
Banco Comercial do Rio de Janeiro	335	100	100
Banco Industrial e Mercantil	273	309	274
Banco Nacional	234	246	58

Fonte: BRHRJ. **Relatórios ... 1873, 1874 e 1875**, op. cit.

4. Conclusão

A Conjuntura Econômica e Política do pós-guerra do Paraguai, ao contrário do período anterior, não foi interessante para o BRHRJ. A contração monetária e creditícia praticada pelo governo imperial, se por um lado valorizou o câmbio e, permitiu uma fôlego para o modelo agrário-exportador dominante, por outro lado, levou à crise da Praça do Comércio do Rio de Janeiro, a mais importante do Império.

Recebendo um empréstimo do governo, o BRHRJ não sucumbiu à crise como outros bancos. Embora nos Relatórios da diretoria do banco, com exceção do ano de 1875, transparecia que o banco estava bem, na realidade, via os balanços, a situação era outra. Mesmo desenvolvendo um atividade típica de um banco comercial, de depósitos e descontos, privilegiando a atividade comercial, o banco mantinha uma cultura de negócios antiga, como demonstra os empréstimos em conta corrente. Infelizmente, nos referidos relatórios não constam às taxas de descontos efetuadas pelo banco, nem os seu devedores. Entretanto, ficou claro que não é possível desvincular a política micro do banco, com a política macro desenvolvida pelo governo imperial.

Anexo 1: Balanços do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro (1871-75)

Ativo	JUNHO /1871	JUNHO /1872	JUNHO /1873	JUNHO /1874	JUNHO /1875
1. TÍTULOS					
1.1 – Apólices da Dívida Pública	16.314:582\$000	12.063:025\$000	9.863:900\$000	7.781:523\$750	3.998:310\$500
1.2 – Títulos em Liquidação	2.725:158\$812	1.985:579\$353	1.910:203\$027	1.883:831\$679	1.315:766\$540
1.3 – Títulos em Garantia de Operações de Crédito	—	—	—	—	—
2. EMPRÉSTIMO					
2.1 – Letras Descontadas	4.156:197\$589	3.252:591\$791	3.911:048\$710	2.350:812\$665	3.119:215\$402
2.2 – Letras Caucionadas	600:410\$000	232:520\$000	263:020\$000	488:460\$000	390:165\$800
2.3 – Letras Hipotecadas	1.757:680\$000	1.622:200\$000	1.536:750\$000	1.905:500\$000	1.917:050\$000
2.4 – Letras a Receber	104:399\$129	126:936\$759	88:653\$682	52:257\$261	42:986\$890
2.5 – Conta Corrente	11.829:392\$353	11.862:703\$786	13.243:998\$019	13.826:940\$467	14.819:093\$177
3. ENCAIXE					
3.1 – Caixa Geral	1.285:828\$187	1.171:993\$542	788:063\$144	1.098:545\$495	2.024:824\$144
3.1.1 – Em moeda de cobre	—	—	—	—	—
3.1.2 – Em notas do Banco do Brasil	—	—	—	—	—
3.2 – De Depósitos	—	—	—	—	—
4. EDIFÍCIO DO BANCO	293:014\$913	285:591\$614	283:391\$614	278:991\$614	275:591\$614
5. PRÉDIO DO BANCO	—	—	—	—	—
6. PRÉDIOS ABJUDICADOS AO BANCO	82:362\$058	74:771\$188	71:400\$348	70:077\$028	70:000\$000
7. MOBÍLIA					
8. JUROS A RECEBER DE CONTA PRÓPRIA	375:018\$000	330:735\$000	295:917\$000	177:717\$000	657\$000
9. JUROS QUE PERTENCEM AO SEMESTRE SEGUINTE	—	14:987\$285	26:961\$640	—	52:256\$668
1. TOTAL	39.524:043\$041	33.023:635\$318	32.283:307\$184	29.914:656\$959	28.025:917\$735

Passivo	JUNHO /1871	JUNHO /1872	JUNHO /1873	JUNHO /1874	JUNHO /1875
1. CAPITAL	8.000:000\$000	8.000:000\$000	8.000:000\$000	8.000:000\$000	8.000:000\$000
2. FUNDO DE RESERVA	2.714:092\$602	2.496:461\$841	2.916:231\$465	3.192:823\$634	3.267:877\$176
3. DEPÓSITOS					
3.1 – Letras a Pagar	5.517:461\$473	4.562:265\$943	4.691:447\$923	5.392:484\$913	4.314:300\$673
3.2 – Conta Corrente (Saldo a favor de Diversos)	22.415:383\$982	17.194:685\$790	15.870:678\$238	12.547:535\$327	8.670:380\$871
3.3 – Saques a Pagar	40:804\$750	1:080\$375	2:448\$280	1:396\$800	87\$333
3.4 – Valores Depositados	13:401\$620	13:401\$620	13:401\$620	810\$000	34:456\$100
4. CONTA DE CAUÇÃO COM O TN	—	—	—	—	3.094:021\$350
5. SELO	—	—	—	—	—
6. JUROS A RECEBER	255:225\$759	325:529\$986	305:068\$878	247:468\$336	163:115\$668
7. DESCONTOS QUE PERTENCEM AO SEMESTRE SEGUINTE					
8. COMISSÃO DA DIRETORIA	88:966\$846	62:691\$607	79:501\$501	67:909\$433	84:885\$340
9. DIVIDENDOS	21:255\$841	24:084\$355	27:362\$899	21:553\$780	23:578\$220
Dividendo 10ª a 34ª	4:918\$800	—	—	—	—
Dividendo 35ª - 8\$ por ação	320:000\$000	—	—	—	—
Dividendo 10ª a 37ª (dezembro)	—	4:196\$800	—	—	—
Dividendo 38ª - 8\$ por ação	—	320:000\$000	—	—	—
Dividendo 34ª a 38ª	—	—	7:920\$000	—	—
Dividendo 39ª - 8\$500 por ação	—	—	340:000\$000	—	—
Dividendo 34ª a 40ª	—	—	—	11:680\$500	—
Dividendo 41ª - 8\$ por ação	—	—	—	320:000\$000	—
Dividendo 34ª a 42ª	—	—	—	—	7:227\$500
Dividendo 43ª - 8\$500 por ação	—	—	—	—	340:000\$000
Dividendos de Cauções	12:711\$220	13:130\$220	18:484\$220	16:186\$820	19:798\$900
10. JUROS (próximo semestre)	113:889\$979	—	—	90:699\$404	—
11. LUCROS E PERDAS (idem)	5:930\$169	6:106\$781	10:762\$160	4:108\$012	6:188\$604
2. TOTAL	39.524:043\$041	33.023:635\$318	32.283:307\$184	29.914:656\$959	28.025:917\$735

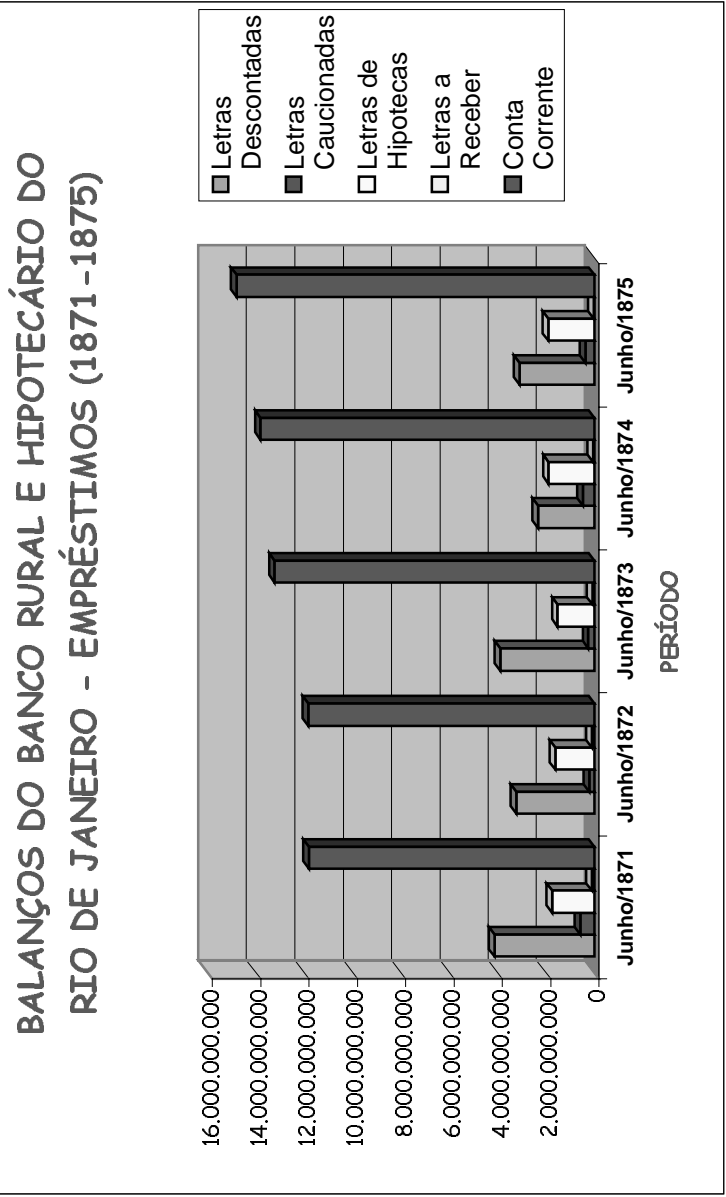
Fonte: Commercio. Balanço do BRHRJ, 30/06/1872. *Jornal do Commercio*, 1872, p. 3.

BRHRJ. *Relatório apresentado pela directoria do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro em assemblea geral dos accionistas aos 17 de Julho de 1871*. Rio de Janeiro, Typographia do Apostolado 1871.

BRHRJ. *Relatório apresentado pela directoria do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro em assemblea geral dos accionistas aos 29 de Julho de 1873*. Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1873.

- BRHRJ. *Relatório apresentado pela directoria do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro em assembléa geral dos accionistas aos 29 de Julho de 1874*. Rio de Janeiro, Typographia do Apostolo, 1874.
- BRHRJ. *Relatório apresentado pela directoria do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro em assembléa geral dos accionistas aos 30 de Julho de 1875*. Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1875.

Anexo 2



Anexo 3

GRÁFICO COMPARATIVO ENTRE DEPÓSITOS E EMPRÉSTIMOS DO BANCO RURAL HIPOTECÁRIO DO RIO DE JANEIRO - 1871 A 1875

